

A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: PARA ALÉM DA PUJANÇA ECONÔMICA

Resumo: A superfície da acumulação flexível mostra-se harmônica, imponente e disposta a permitir que todos usufruam do expansionismo capitalista, entretanto, é quando ultrapassamos a aparência do fenômeno que essa assertiva se mostra falsa. O “novo” capitalismo flexível, em seu alargamento predatório, tem incrementado as formas de sobrevivência na arena de disputa por mercados e repercutido gravemente nas relações comerciais traçadas nos mais remotos espaços do globo. É analisando os efeitos desses “novos” paradigmas da acumulação que esse texto pretende entender a realidade capitalista do século XXI em todo seu poder de penetração na subjetividade de pessoas comuns em seu espaço de vida cotidiana.

Palavras-chave: acumulação flexível, capitalismo, crescimento econômico, comércio, desigualdade.

Roney Gusmão Carmo
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia
guzmao@hotmail.com
Ana Elizabeth Santos Alves
Universidade Estadual do Sudoeste
da Bahia
ana_alves183@hotmail.com

FLEXIBLE ACCUMULATION: BEYOND THE ECONOMIC GROWTH

Abstract: The surface of flexible accumulation is shown harmonic, imposing and willing to let everyone enjoy the capitalist expansionism, however, is when we surpassed the appearance of the phenomenon that this assertion becomes false. The “new” flexible capitalism in its predatory enlargement has increased the ways of survival in the arena of competition for markets and seriously reflected in trade relations outlined in the most remote areas of the world. It is analyzing the effects of these “new” paradigms of accumulation that this text aims to understand capitalist reality of twenty-first century in all its power of penetration in the subjectivity of ordinary people in their everyday life space.

Keywords: flexible accumulation, capitalism, economic growth, trade, inequality.

Introdução

O “novo” retrato local

O presente texto é resultado da etapa empírica da tese de doutoramento que desenvolvemos acerca das transformações socioeconômicas vivenciadas na cidade de Vitória da Conquista (Bahia), no início do século XXI. A partir do ano 2000, a cidade, hoje com 310 mil habitantes, teve sua situação comercial profundamente alterada pelo adensamento de lojas franquizadas à rede nacional e internacional do varejo. Quase simultaneamente, conhecidas franquias aqui chegaram, modificando radialmente o cenário municipal, tanto porque deixou uma silhueta mais cosmopolita ao espaço geográfico, como também pelo acirramento da

(1) Os sujeitos dessa pesquisa foram compostos por comerciantes locais e comerciários que atuam em variadas lojas do centro comercial da cidade.

(2) Embora utilizemos a expressão “Estado mínimo” para nos referir aos moldes políticos neoliberais, é preciso lembrar de que a atuação estatal, nesse contexto, tem se tornado central para dissolução de crises econômicas e para disponibilização de infraestrutura que favoreça o processo expansionista do capital.

concorrência que provocou uma exclusão drástica do que hoje se define por negócio local.

Para nos debruçarmos sobre esse tema, tornou-se necessário esquadriñar um marco teórico capaz de revelar a dialética de um fenômeno complexo, que tem aportado na cotidianidade desse município, e, também, se fez imprescindível partir ao campo empírico, com vistas a entender a forma pela qual as pessoas observam o que afirmamos. De todo modo, foi a partir do contato direto com os sujeitos de pesquisa¹ que se tornou possível afirmar que a dinâmica capitalista, insinuada pelo contexto de reestruturação produtiva, impactou intimamente o cenário econômico do recorte empírico que propomos investigar, redundando num processo acelerado de remodelagens sociais, econômicas e políticas nítidas, tanto na configuração espacial urbana, como também nas relações traçadas no cotidiano dos sujeitos.

Embora o discurso embutido na base política do capitalismo flexível aponte para uma maior democratização do consumo e conseqüente melhoria da qualidade de vida geral, na prática, esse *slogan* tem mascarado os efeitos mais perniciosos dos novos paradigmas de acumulação. A permissividade dos governos tem gerado um processo desenfreado de expansão das transnacionais, obrigando microempreendimentos a recuarem em seus espaços de atuação, cuja identidade parece estar sendo substituída por uma transnacionalização massificada. O posicionamento saudosista dos comerciantes entrevistados demonstra essa sensação de não reconhecimento daquele comércio de outrora, cuja dinâmica parecia tão previsível e amigável. Hoje, para aqueles que insistem no comércio, o cenário se demonstra hostil, dilacerado por um estrangeirismo cosmopolita, porém, violento em seu poder de persuasão e exclusão.

A realidade antagonica de expansão e exclusão, crescimento e degradação, sofisticação e abandono, parecem coexistir num cenário onde o “novo” e o “velho”, o arrojado e o defasado, se hostilizam na tentativa de prevalência, num contexto de disputa acirrada. A acumulação flexível, como se supunha, agudizou a contradição local, impondo uma “permissividade” econômica – base do Estado mínimo² – capaz de favorecer os grandes conglomerados transnacionais, cujo crescimento se dá pela polarização do consumo e bancarrota dos microempreendimentos, hoje higienizados no novo cenário econômico urbano.

Os comerciantes locais, em grande parte, ainda insistem no negócio que possuem, mas demonstram-se constrangidos por um pessimismo paralisante. Estão cientes de que o novo cenário econômico requer investimentos amplos na fachada do estabelecimento, no marketing da empresa, na redução da margem de lucros, para dar conta da concorrência; porém são impelidos pela prudência decorrente de suas limitações econômicas. As taxas de juros embutidas nos empréstimos, além da elevação exorbitante do aluguel, as incertezas com um mercado consumidor cada vez mais fugidio, impedem que os comerciantes almejem ter muito além do que hoje possuem.

A incerteza, imposta pela acumulação flexível, ilustrada pela volatilidade do capital e pelas oscilações constantes do sistema econômico, parece ter chegado a Vitória da Conquista, dentro do pacote de mudanças impostas pela transnacionalização da economia. Viver numa cidade de porte mediano, inserida nesse cenário de transformações econômicas dessa virada de séculos, implica em visualizar uma aparente prosperidade, materializada pelo metropolitano esvaziado de sentido, mas capaz de omitir uma perversa exclusão consentida pelos governos na contemporaneidade.

É nessa condição que a memória dos lojistas perpassa por um saudosismo acerca de outro cenário, desenhado por condições concretas, muito distintas das que hoje percebemos, e muito mais propícias à sobrevivência e criação de perspectivas. Por essa razão, os anos 1970 e 1980 são apontados, em outros termos, como épocas cujos sonhos ainda subsistiam cujas possibilidades ainda eram cogitadas. Quando economistas definem a década de 1980 como “década perdida”, cabe ponderar que este slogan possui posicionamentos ideológicos que falseiam a totalidade implícita na dinâmica capitalista: “Perdida para quem?”. Os índices de crescimento econômico hoje divulgados devem ser, a rigor, relativizados, pois precisam considerar o caráter concentrador dos novos paradigmas de sobrevivência do capital.

Por meio dessa análise, foi possível detectar que as representações dos entrevistados se equalizam às condições materiais de existência que, por efeito, se remodelaram no transcurso do tempo. Falar sobre ter um “negócio próprio”, hoje, é falar num tom de descrédito, ao passo que, remeter para os “tempos áureos do comércio conquistense”, implica numa nostalgia muito atrelada às

possibilidades de ascensões significativas do que, até então, não necessitava da nomenclatura “local”.

A “nova” engenharia do capital

Seguindo a análise sobre a estrutura ideológica da acumulação flexível, não é demasiado salientar que o poder perpassante do nexos do capital, nos paradigmas contemporâneos, adquiriu uma força altamente persuasiva, cuja subjetividade modela condutas por um engajamento generalizado. O nexos atual do capitalismo dissimula a fantasia, a identidade e a cultura, a serviço de uma subserviência crônica à ideia do consumo, instaurando uma “aldeia global” imersa em ícones de desejo e fetiche cada vez mais globalmente aceitos.

A própria noção de consumo transcende a ideia de suprimento pessoal, pois não se trata apenas da ação de forças empenhadas na persuasão, mas é, sobretudo, produção de sentido, é vender sensações a partir da forma simbólica adquirida pelo objeto de desejo (COSTA et. al., 2003). Assim, o trabalho ideológico desses “novos” paradigmas do capital deve ser muito bem articulado, com vistas a garantir a perpetuação de um sistema, que esconde toda sua ambiguidade sob uma pretensa “modernidade” e fugidia ostentação econômica.

Objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora, impelem os homens a construir a sua história através de práxis invertidas. Todos, assim, nos tornamos ignorantes. Este é um grande dado do nosso tempo. Pelo simples fato de viver, somos todos os dias, convocados pelas novíssimas inovações, a nos tornarmos, de novo, ignorantes, mas, também, aprender tudo de novo. Trata-se de uma escolha cruel e definitiva. Nunca, como nos tempos de agora, houve necessidade de mais e mais saber competente, graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam, e as ações de que não podemos escapar. (SANTOS, 1996, p. 45)

Assim, seria uma grande incongruência analisar a arquitetura do “novo” capitalismo, desconsiderando a subjetividade que trafega nas relações sociais e instituem representações comuns

em meio aos sujeitos. Os discursos que contornam todo o pacote de mudanças impostas pela acumulação flexível são absolutamente paradoxais, porém articulados com instituições diversas capazes de suavizar a hostilidade típica da economia capitalista. Assim, os aparelhos de mídia, o *marketing* impecável, que sugestiona “novos” comportamentos e hábitos de consumo, além do próprio discurso empreendedor, está a serviço do convencimento sobre a “sofisticação” que mascara todas as atrocidades sociais derivadas do capital.

Na superfície mais evidente desse processo, o espaço também se articula às mudanças de ordem social e econômica, demonstrando-se como palco privilegiado onde precipitam as incongruências do modelo organizacional da flexibilidade. A organização do espaço é, então, produto social repleto de conflitos, contradições e resistências, que, pela mesma premissa ideológica anteriormente mencionada, é arquitetado segundo forças que tentam perpetuar na montagem dos cenários.

As relações sociais têm uma existência real enquanto existência espacial concreta, na medida em que produzem e assim, efetivamente, a sociedade produz o espaço. Cada local, região ou país tem sua formação própria, sua cultura, valores e costumes e deste modo o espaço vai sendo produzido conforme essas relações mais amplas, em um processo articulado à produção geral da sociedade. (CARLOS, 1999, p. 63)

Desse modo, o espaço ao qual mencionamos é entendido como produto do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista; é, também, palco onde se materializa os contornos sociais da civilização humana. Não é porção conclusa, sedimentada no presente por objetos imóveis, mas é fruto da contradição histórica das relações sociais que se complexificam à medida que coadunam o ontem e o hoje na sua materialidade.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compreensão do espaço-tempo” [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto

a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilita cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1993, p. 140)

Nesse sentido, ultrapassando a obviedade do que nossos olhos contemplam no espaço, as lutas e contradições afloram, mostrando o quanto a “ordem” instituída pelo capital suprime para a periferia da contemplação aqueles que foram excluídos do processo expansionista do capitalismo. Mas, mediante essa situação complexa, como o pujante crescimento econômico induzido pela flexibilidade dissimula a exclusão social? Em grande parte, pela carga ideológica contida no discurso que o antecede. Os relatos dos entrevistados que aqui investigamos confirma tal fato, uma vez que o componente subjetivo da acumulação flexível vem moldando a consciência desde tempos anteriores, quando o sucateamento do serviço público era entendido como pretexto para privatizações, quando a sofisticação narrada nos filmes hollywoodianos impunha um desejo pela aquisição de hábitos, antes mesmo de que eles fossem acessíveis. A fantasia já tinha sido capturada antes mesmo de que a acumulação flexível aportasse mais claramente por aqui, ou seja, antes mesmo de que a economia fosse transnacionalizada, a subjetividade, o desejo e a fantasia já haviam sido. Tendo reconhecido tal fato, não podemos, então, subestimar o poder perpassante do discurso que se monta com o “novo” capitalismo, realçado pela globalização da economia.

[...] um dos efeitos mais nocivos da globalização é que ela conseguiu sequestrar nossa imaginação, fazendo-a prisioneira do imutável [...] Essa situação objetiva cria a necessidade de se pensar o seu contrário, ou seja, cria a necessidade da utopia, ou seja, de imaginar algo diferente do que é. (CEVASCO, 2006, p. 137)

A empreitada ideológica se posiciona, inclusive, no desenho espacial que faz parte do rol de transformações impostas no atual contexto. Logicamente, as temporalidades são distintas, pois as mudanças não precipitam em simultaneidade pelo mundo, até mesmo porque as transformações que aqui analisamos perpassam por subjetivações muito mais complexas e que exigem tempos peculiares para tal, afinal, mudanças comportamentais carecem de um processo muito mais articulado de persuasão. Alterar atitudes solicita mudar representações e afinidades, sendo

que, para tal, há que se invadir a cultura, o desejo e a fantasia de modo perspicaz e efetivo.

De todo modo, muito eficazmente, a acumulação flexível executou esse papel, instaurando transformações profundas no seio social e nas representações dos sujeitos, equalizando desejos e sonhos a moldes homogeneizantes. A própria organização do espaço se tornou um *locus* privilegiado onde se sedimentam essas transformações, induzidas pelo momento histórico do capitalismo. Sobre essa ideia, Milton Santos chama atenção para o processo vertiginoso de internacionalização da produção com exemplos bastante pontuais.

[...] os objetos são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam. No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas é, também, frequentemente simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais. (SANTOS, 1996, p. 56)

O trecho permite uma série de análises que são úteis para o debate que aqui propomos. Primeiro, o autor entende que a transnacionalização da produção se mostra hostil à medida que gera estranhamento de significados contidos nas mercadorias. À medida que ocorre a internacionalização dessa produção, com retirada de caracteres regionais do objeto, bem como do discurso nele embutido, existe um simultâneo distanciamento do sujeito em relação à “coisa” carregada de conflituosidade. Assim, o manuseio (ou o comportamento) requerido pela “personalidade” intrínseca ao objeto em questão, se torna estranha, alienada e alienante. A transnacionalização do capital, portanto, agrava a alienação,

acirrando fissuras contidas nas relações sociais advindas do modo de produção, cujo distanciamento impede os sujeitos de se reconhecerem nos padrões de comportamento cada vez mais sincronizados ao nexu global.

Em comparação ao período que antecede ao que Santos entende por sociedade técnico-científica-informacional, o autor salienta que “antes, a organização da vida era local, próxima ao homem; hoje essa organização é cada vez mais longínqua e estranha. Antes a sua razão era a própria vida, hoje é uma racionalidade sem razão, sem objetivo, sem teleologia, que comanda a existência dos homens e a evolução dos espaços”. (SANTOS, 1996, p. 57) Em outras palavras, temos “existências” e “espaços” cada vez menos humanizados, menos feitos por sujeitos locais, e mais racionalizados a uma lógica produtiva global.

Outra observação pertinente, relatada por Santos, é o uso do exemplo sobre a hidrelétrica. O autor chama atenção ao fato de que transformações estruturais, assentadas em mudanças de cenário político e econômico que, por extensão, se materializam no espaço, são carregadas de discurso, aliás, são em si, discursos ideológicos. Essa realidade pode ser constatada pela aceitação que as transformações acabam adquirindo no senso comum, pois, quando envoltas por textos ideológicos, tornam-se mais palatáveis e encontram menores resistências, mesmo que arrastem consigo um número infindável de prejuízos sociais.

Oportunamente, o exemplo abordado por Santos serve para o tema que propomos estudar. Semelhante ao discurso sobre a positividade da hidrelétrica e seus promissores benefícios, a acumulação flexível também aportou envolta por esse discurso otimista. A cidade que analisamos vivenciou os efeitos mais claros da acumulação flexível um pouco mais tardiamente, afinal, como já afirmamos, as temporalidades são distintas em cada lugar e, pensando na flexibilidade como um processo não apenas territorial e econômico, a subjetivação que lhe é implícita torna sua propagação um fenômeno muito mais inconstante.

Nos anos 1990, quando iniciou mais incisivamente o processo de privatizações, ingresso pesado de novas tecnologias e vertiginosa internacionalização do capital, observava-se também um discurso esperançoso sobre o novo século. Havia expectativa de que a popularização das tecnologias pudesse criar novas relações sociais e que a penetração do capitalismo transnacional melhorasse

significativamente os índices de crescimento e democratizasse o usufruto do mesmo. (CHOMSKY, 2008) Uma grande ingenuidade acometeu a todos que assim acreditaram, pois se ignorou o fato de que a economia podia crescer e a pobreza aumentar sem que uma coisa impedisse a outra. (GENTILI, 2008) Logo, a euforia que acometeu muitos brasileiros no final do século XX foi se esvaindo com a paulatina percepção de que as mudanças ocorriam sim, porém se mostravam altamente conservadoras e excludentes.

Foi envolta por essa situação que a conversão de séculos foi marcada por arrojadas transformações no cotidiano das pessoas, pela popularização de aparatos tecnológicos e mudanças hábitos de consumo, que surpreendentemente não foram capazes de melhorar as sociedades como um todo. A suposta “aldeia global” não apaziguou conflitos, ao contrário, os agudizou à medida que escancarou fissuras nas relações sociais e dissolveu identidades, condensadas pela artificial tentativa de “ocidentalizar” o mundo. Nas palavras de Hobsbawm (1995, p. 393): “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”. Tão logo, a globalização foi se revelando como um fenômeno totalmente desarmônico, capaz de acentuar assimetrias sociais pelo rompimento da individualidade a serviço de um projeto global de subsunção ao nexos do capital.

Assim, ao afirmar, no fragmento anterior, que a intencionalidade mercantil necessita, antes, ser simbólica, Milton Santos já havia constatado o quanto o discurso ideológico antecipa o expansionismo econômico, ou seja, o teor fetichista implícito nas logomarcas do Mac Donald's, Bob's ou Lojas Americanas antecede sua chegada. É por esta razão que o discurso ideológico tão facilmente tem ultrapassado limites territoriais, atraindo o imaginário nos mais remotos espaços, preparando terrenos ao redor do mundo para uma postura absorta por parte da população ao consentir com a mutilação das identidades locais em nome da “modernidade”.

O próprio desenvolvimento tecnológico favoreceu a disseminação de novos padrões de consumo, atingindo diretamente a subjetividade de sujeitos, mesmo com ausência física do objeto de desejo. Além do mais, as tecnológicas viabilizaram a dispersão da retórica que submete a ideia de desenvolvimento à lógica do consumo, ou seja, fez prevalecer a visão de que a chegada das transnacionais implicaria no desenvolvimento econômico com usufruto de todos. Sendo assim,, o discurso ideológico, que

antecede o próprio expansionismo econômico, tem dupla função: ao mesmo tempo em que molda a fantasia, impondo novos modelos de consumo, também ilude, pois agrega crescimento econômico, internacionalização do capital e qualidade de vida como se fossem consequências mútuas, sonhando a essência local, sob o pretexto da ostentação econômica.

Com a chegada das transnacionais nos mais remotos espaços, fica nítido observar que a desordem instaurada pelo “novo” capitalismo flexível não é uma obviedade, pois sua arquitetura ideológica falseia o lado perverso e unilateral de sua estrutura. Esse fenômeno global apresentou contornos locais, conectando espaços aceleradamente e, ao mesmo tempo, impondo padrões que ofuscaram – por vezes, extinguiram – peculiaridades. Logo, a indumentária ideológica do “novo” capitalismo foi se revelando incompatível com as necessidades sociais da população, instituindo sim “novas” formas de organização financeira, mas desregulando mercados, fragilizando economias e mutilando culturas pelo estranhamento típico de uma globalização unilateral.

O cotidiano no contexto da flexibilidade

Em vésperas do natal, sob os ecos do *Black Friday*, não por acaso ocorrido na primeira semana de dezembro/2013, a euforia ainda era marcante nas lojas do comércio conquistense. Confetes lançados ao chão, balões com escritos extravagantes afixados no teto, inúmeras TVs de LED reforçando campanhas promocionais da loja, aparelhos de som exageradamente altos, correria de lojistas, alto falante parabenizando vendedores por metas cumpridas, clientes impacientes, afobação para fisgar o gosto do freguês e muito estresse.

Para os clientes, esse estado de caos não chega a se tornar incômodo, mas para funcionários que se mantêm naquele lugar todos os dias, por dois turnos e, frequentemente, emendam horas extras nos finais de semana, o ambiente se torna altamente insalubre. Esse fato muito se difere das antigas lojas presentes na cidade que, numa época cujas demandas locais regiam a organização comercial, estavam acomodadas com a simplicidade, sem grandes apelos aos sentidos. A loja de Osmar Silveira nos anos 1970, por exemplo, demonstrava uma atmosfera interiorana, silenciosa, com leve rotatividade de pessoas e com iluminação muito menos golpeante que a hoje verificada, segundo narrativas do próprio ex comerciante.

É preciso salientar que até os anos 1990, não existia claramente no imaginário do consumidor conquistense o binômio negócio local x negócio estrangeiro. Até esse período, a totalidade dos empreendimentos comerciais que aqui operavam era pertencente ao pequeno burguês local, muito embora o discurso e o valor simbólico de empresas estrangeiras já insinuava o imaginário dos sujeitos locais através dos veículos de informação. As formas de gestão locais ainda não tinham sido de todo convencidas sobre as tendências econômicas internacionais, que somente na segunda metade dos anos 1990 conseguiram mobilizar ideologicamente as relações de consumo e, por efeito, sistematizar a dinâmica local segundo os descompassos da globalização.

É mediante a necessidade de chamar a atenção da clientela, que hoje as lojas do comércio local poluem-se de recursos visuais e sonoros, obedecendo a modelos de organização ditados pela rede a qual são franquizadas. Essa situação não se restringe a um ramo em específico, mas é notória em toda modalidade de vendas e, hoje, em todo tamanho de estabelecimento comercial.

Alice, vendedora de uma grande loja de eletrodomésticos, se incomoda com o fato, mas, ao mesmo tempo, se conforma com a ideia de que “só assim atraímos clientes”, afinal, do contrário, o silêncio abre espaço para a concorrência. É nesse tom que o comércio local se tornou ruidoso e agitado, entrecortado por faixas, outdoors, trânsito pesado, gente apressada e desconforto térmico em função da construção predial. A “modernidade” agrava o estresse e a vulnerabilidade dos trabalhadores, que não mais se sujeitam às sujas fábricas do século XVIII ou às inóspitas montadoras de veículos do século XIX, porém hoje são postos numa arena concorrencial ferrenha, composta de estresse emocional e, sobretudo, da subjugação sob um ar debochado de artifícios desarmônicos que compõem a decoração visual e sonora das lojas. O espaço de trabalho é, portanto, um dos meios para se compreender a forma como a empresa deseja tratar seus empregados, que naquele ambiente se tornam parte da imagem que se monta no interior da loja. A desarmonia de cores e sons, também presente na indumentária e conduta dos funcionários, permite constatar que as empresas também usam os sujeitos como forma de atração de clientes, sonogando qualquer traço de humanização do vendedor, agora sobreposto por estratégias irônicas de fomento ao consumo.

Desse modo, as formas de exploração adquirem novos contornos em sincronia com a história do sistema capitalista, assim como a precarização do trabalho e as formas de resistência, que estão inscritas no tempo, se revelam como substrato das estratégias de perpetuação do capital. Falamos aqui, portanto, de muitas formas de exploração e resistência nas relações de trabalho, cuja análise recruta considerar também o tempo histórico em que essa estrutura se monta.

Embora saibamos que as formas de exploração adquiram contornos sutis em tempo de flexibilidade, movido mais hoje pela subjetividade e o engajamento ideológico, que pela força bruta, também é útil salientar que os trabalhadores encontraram formas de resistência bastante pontuais. Seja fazendo uso da máquina de cópias em benefício próprio, seja burlando o horário de folga ou reagindo morosamente a uma solicitação, os empregados reagem a sensação de exploração com condutas isoladas, pouco mobilizadas, mas que expressam em seu isolamento uma latente rebeldia. Evidentemente, essas formas de resistência não se configuram no projeto esquerdista para a classe trabalhadora, mas permitem compreender que em sua trivialidade das relações no trabalho, como entende Thompson (1997), os sujeitos se forjam situações ou extraem benefícios de uma classe que lhes parece estranha, numa hierarquia diferenciada daquele nível que lhe agrega identidade. Mais facilmente, um empregado se apropria de algo pertencente ao que não seria “classe trabalhadora”, pois, usurpar do colega seria um ato covarde nessas condições, eticamente mais reprovável. Se há possibilidade de trocar um dever do trabalho por um passeio pelo *Facebook* via celular, o funcionário o faz, ciente de que esse pequeno delito não danifica a si mesmo ou a um parceiro, mas lesa, de certa forma, aquele que seria o “não trabalhador”, ou seja, o burguês.

O que insistimos aqui é na percepção de que o mais elementar cotidiano dos trabalhadores e o mais comum modelo de gestão arquitetado nas relações comerciais possuem vinculação a uma arquitetura maior de significações, valores e articulações associadas ao tempo histórico do capitalismo. Nenhuma etapa da presente pesquisa desconectou a parte do todo, mesmo os recortes metodológicos aqui realizados não puderam perder de vista a forma como a totalidade dialética insinua sentidos às partes analisadas.

Representações, memórias e narrativas

Para operacionalização da pesquisa dentro do campo empírico que aqui propomos, realizamos entrevistas com comerciantes, comerciários, além de aplicarmos questionários abertos com cerca de cinquenta empregados do comércio local, nos mais distintos ramos e funções (caixas, supervisores, assistentes, vendedores). As idades também foram bastante variáveis, porém foi imediata a constatação de que todos os entrevistados notaram mudanças substanciais na realidade econômica do município nesses últimos anos.

Os mais jovens (idades entre 18 e 25 anos) chamam atenção para mudanças mais superficiais, como aquelas patentes no espaço geográfico da cidade ou na popularização dos instrumentos de tecnologias; ao passo que os mais velhos (acima dos 30 anos) chamam atenção para transformações nas relações de trabalho e no cotidiano das pessoas, especialmente no que tange às relações com o empregador e clientes. Assim, o inter cruzamento das opiniões, advindas das mais variadas faixas etárias, é imprescindível para entender a forma como se dá a relação entre o mundo de significados e as condições concretas de existência que se desenrolam historicamente.

Outra diferença também marcante entre os sujeitos de distintas idades é a forma como reagem às mudanças. Confirmando Sennet (2007), os mais velhos são mais resistentes e questionadores a transformações, ao passo que os mais jovens se predispõem facilmente a novos desafios impostos pelos gestores. Mauro (38 anos), funcionário de uma grande loja de eletroeletrônico, reconhece que as lojas têm resistência em contratar pessoas que já passaram dos 30 anos e, segundo ele, isso se deve à obsolescência no comportamento dos mais velhos. O comerciário admite que pessoas de mais idade se demonstram mais engajadas em lutas por direitos e mostram-se conscientes dos direitos trabalhistas, ao passo que os mais jovens parecem atribuir seus direitos ao futuro, sentindo-se mais vulneráveis à arbitrariedade imposta pelo emprego atual. Mauro confessa que na década de 1990, quando iniciou suas atividades no comércio, essa realidade também era notória, especialmente porque os mais velhos tinham vivenciado movimentos sociais de décadas anteriores e traziam uma herança de resistência contagiante. Hoje, o entrevistado diz, com pesar, que

o conformismo parece ter abocanhado os novos empregados que facilmente se satisfazem com as condições impostas.

Júlio (35 anos), outro funcionário do comércio, afirma que direitos trabalhistas como décimo terceiro salário, intervalo para almoço ou salário família, soam como bônus surpreendente para os mais jovens. Esses últimos se sentiriam, segundo o entrevistado, presenteados pelo empregador com esses direitos, fato que, muitas vezes, retém diversos jovens nesse ramo de trabalho por um longo período, num conformismo com as “bonificações” que parecem suavizar a exploração.

O diretor do sindicato dos comerciários, atuante na área há vinte anos, informou que hoje encontra grandes dificuldades de mobilizar a categoria, especialmente entre os jovens que compõe a gigantesca maioria dos filiados. O entrevistado entende que diversas medidas do governo contribuíram para suavizar a sensação de exploração, a exemplo da bolsa família e dos incentivos a estudo no ensino superior privado que, segundo ele, geraram uma sensação de melhora entre a classe trabalhadora.

É útil salientar o empenho ideológico dos seguidos governos nas últimas décadas que, apoiados por uma estrutura global de dissolução dos sindicatos, se empenharam na construção ideológica de um conformismo com a sensação tênue de melhorias. Injetar na subjetividade dos trabalhadores uma consciência burguesa, apoiada no consumismo, no ideário da empregabilidade e num individualismo extremo, foi primordial para o resultado hoje notório: uma classe trabalhadora apaziguada e conformada com o pouco que lhe foi cedido em detrimento do muito que lhe foi usurpado.

Esse raciocínio confirma as afirmações de Castel (1998, p. 459), quando menciona que os trabalhadores abdicaram da ação coletiva revolucionária, para deixarem-se seduzir “pelas sereias da sociedade de consumo, [...] enquadrada por aparelhos sindicais e políticos reformistas...”. Por este motivo, Guimarães, diretor do sindicato de comerciários, afirma que, em momentos, anteriores a mobilização parecia mais fácil, uma vez que, atualmente, a consciência de classe trabalhadora recebe ruídos de uma autopercepção aburguesada, ocupada por demais com a realização individual que o consumo e o aparente *status* social podem oferecer. Em outras palavras, Guimarães reconhece que a mobilização sindical parece ter se tornado uma forma antiquada de reivindicação de direitos, soando como antítese do trabalho que, nessa concepção,

incondicionalmente, honra o cidadão. Essa percepção se agrava entre os trabalhadores mais jovens, que parecem desdenhar da organização sindical, entendida, em grande parte, como elemento prescindível e, portanto, oponente às “novas” atribuições de um trabalhador flexível.

Os próprios trabalhadores, em grande parte, confirmam essa percepção através de seus relatos. Os comerciários entrevistados reconhecem a importância do sindicato e, inclusive, admitem já terem recorrido em condições atípicas, entretanto, essa vinculação sindical ocorre de modo encoberto e não declarado. Parece haver um constrangimento em expor o assunto, uma vez que o sindicalismo não é mencionado como entidade que gere coesão ao senso de pertença, pelo contrário, sindicalizar-se é sinônimo de obrigatoriedade e de precaução mediante questões de ordem judicial. Apesar dos esforços dos líderes sindicais em promover eventos como jogos, palestras ou confraternizações, a frequência da maioria dos associados parece forçosa. Felipe (19 anos), um comerciário entrevistado, entende que sindicalizar-se “é tipo plano de saúde, a gente tem que ter, pois não sabe o futuro”.

Concordamos com Alves (2011), quando menciona a captura da subjetividade como parte fundamental do projeto burguês para o capitalismo flexível, capaz de convencer sutilmente que a identidade dos trabalhadores deva ser despreendida daqueles que pertencem à mesma condição, fignando suas referências aos padrões de consumo e embrutecendo pela individualidade de uma consciência equalizada à priorização do sucesso pessoal. Não estamos insinuando que a resistência tenha sido extinta, pelo contrário, acreditamos que existem novas formas de burlar o sistema e se rebelar contra ele, contudo, a articulação coletiva engajada em causas de classe, parece estar apaziguada por uma luta agora individualizada e pontual.

Os entrevistados, quando relataram ter recorrido ao sindicato, falam de questões de interesse próprio, nenhum comerciário salientou a coesão do grupo como motivo para o sindicalismo. Márcia (29 anos), por exemplo, relata que é sindicalizada por uma questão de prevenção apenas, pois em casos de demissão por injusta causa, não recebimento de direitos trabalhistas ou acidentes no trabalho, a comerciária entende que o sindicato, nessas situações, tem papel indispensável. Observemos que a entrevistada não descarta a relevância do sindicato na luta de causas coletivas, mas sequer as menciona.

(3) Expressão utilizada por João, comerciário entrevistado com 25 anos de idade.

Outro fator preponderante, também pontuado pelo diretor do sindicato dos comerciários, tem sido o deslumbre que o poder de compra dos empregados tem gerado. A sensação de hoje poder comprar uma motocicleta do ano, bem como adquirir aparelhos de tecnologia de ponta, deixa a sensação de que nunca a vida do assalariado foi tão boa. Todos os entrevistados entendem que houve melhorias substanciais nas condições de vida da classe trabalhadora nos últimos anos. Alguns comerciários fizeram ressalvas (que serão detalhadas à frente), mas a sensação de que “finalmente é a vez do ‘pobre’ poder comprar”³ é categórica.

De fato, enche os olhos poder parcelar um carro popular e poder estacioná-lo na frente da loja, atrai atenção manter um *iphone* no bolso com acesso a diferentes meios de vinculações sociais, é significativo viajar de avião para Recife nas férias ou pagar escola particular para os filhos. Essas realizações de compra foram orgulhosamente pontuadas por diversos entrevistados que, unanimemente, afirmam que nunca se teve tamanho acesso ao consumo. Muito francamente, como falar em agravamento da realidade social, quando se tem uma sensação geral de acesso ao consumo? Como tratar de pautas de reivindicação, quando o consumo consensualmente parece sintetizar o conceito de qualidade de vida para as pessoas?

A ascensão do poder de compra da classe trabalhadora é parte significativa desse apaziguamento da mobilização, pois, atando o suposto aumento do poder aquisitivo à ideologia da empregabilidade – que transfere aos trabalhadores a responsabilidade por construir-se como cidadãos bem sucedidos – não há contra quem lutar e por qual razão lutar.

Um dos questionamentos ao qual insistimos foi, “Comparando com a realidade que você vivenciou ou ouviu falar, como você entende a realidade atual? Houve melhoras ou piores?”. Nesse momento, os entrevistados acionaram a memória social, invocando posicionamentos suscitados do convívio com o grupo, fato que reforça nossa tese de que as condições concretas de existência moldam as representações comuns e, quando trafegadas pela memória no curso da história, inter cruzam “velho” e “novo”, passado e presente, que se diluem na experiência de vida e no discurso.

Embora haja concordância generalizada sobre melhoras nas condições de existência do assalariado do comércio, houve algumas ressalvas quase que imperceptivelmente pontuadas.

Sandra (27 anos) entende que existem melhorias sim, porém a concorrência e desunião entre os funcionários, hoje, parece ser mais acirrada. Felipe (19 anos) salientou que seus pais podiam almoçar em casa e hoje, lamentavelmente, o tempo e a “correria” não lhe permite este “luxo” (palavras do entrevistado). Mauro (38 anos) salienta o conforto proporcionado pela razoável melhoria no poder de consumo, mas nota que antes os trabalhadores se ajudavam, alternavam atividades, permitiam rotatividade de funções e suas comissões não os punha numa arena concorrencial tão violenta e desumana. Mauro se refere aos anos 1990, período em que o processo de deterioração das relações de trabalho já estava dando sinais de que esta seria uma tendência irrevogável, mas essa década ainda continha características tradicionais de vínculos empregatícios minimamente sólidos e relações trabalhistas ainda humanizadas. A avalanche de franquias, que aqui aportaram, distanciou demasiadamente a relação empregador/empregado, gerando uma impessoalidade que dissolve o senso de pertencimento do trabalhador em relação ao seu ambiente de trabalho, visto não como extensão de si mesmo e produto da sua relevância, mas como ambiente hostil, situado numa posição ambígua, ora como mero “ganha-pão”, ora como espaço que violenta sua autoestima e aprisiona suas potencialidades.

(4) Expressão empregada por Felipe, comerciário entrevistado de 19 anos.

A memória do grupo participa ativamente da formulação das representações e narrativas dos sujeitos entrevistados. Tanto empregadores, como os empregados recrutam o passado, para substancializar seus argumentos, embora ambos os grupos tenham posicionamentos diametralmente opostos sobre os questionamentos realizados. Os empregadores tendem a visualizar com negatividade todas as transformações advindas do “novo” capitalismo flexível, especialmente porque redundaram em bancarrota de suas atividades comerciais; ao passo que os comerciários são atingidos por uma euforia inquietante. O trabalho subjetivo dos novos modelos de gestão, aliado à ascensão do poder de compra desses sujeitos, deixaram a constatação de que hoje é melhor ser classe trabalhadora do que ontem, tanto porque “somos treinados e desafiados”⁴, como porque “podemos mais”.

Existe, portanto, um posicionamento certo? Provavelmente não. As posições são múltiplas em função do local onde estes sujeitos desenvolveram suas vidas. Existe o posicionamento alienado e o esclarecido? Certamente não. Afinal, as narrativas comparam

ontem e hoje dentro de condições concretas que participam das múltiplas trajetórias de vida que fazem dos homens, hoje, reflexos de uma infinidade de variáveis que aqui não comportaríamos mencionar. Por ser contrário às “novas” condições hoje postas pela flexibilidade, seriam os comerciantes mais esclarecidos que os comerciários? Evidentemente, não: as opiniões carregam interesses ideológicos dos grupos, aos quais todos nós inevitavelmente tendenciamos a realçar nos discursos.

Desse modo, a nossa tese de que a captura da subjetividade imposta pelo “novo” capitalismo flexível, articulado à estrutura neoliberal que se propagou principalmente nos governos dos anos 1990, é verdadeira à medida que as palavras dos entrevistados demonstram anuência com o ideário burguês, assentado na individualização do trabalhador e enrijecimento da mobilização a partir da sensação de alcance de padrões ideais de consumo. Também constatamos a tese de que a memória se articula à sensação de identidade de distintos grupos (POLLAK, 1992), cujas trajetórias de vida se apegam a condições concretas que, inevitavelmente, participam da formulação dos discursos. A memória é, sim, seletiva por natureza, e, como tal, está propícia a “redesenhos” em função de interesses específicos de grupos sociais, logo, por razões óbvias, a memória do trabalhador é distinta da memória do pequeno burguês local. Falar da realidade econômica de ontem e de hoje é, portanto, inscrever opiniões em experiências (vividas ou herdadas) e por realidades materiais totalmente adversas. De todo modo, negligenciar a materialidade da vida dos que participam da formulação das muitas opiniões, significaria concordar com um idealismo do qual não compartilhamos. As vidas se precipitam numa concretude que montam cenários e se arquiteta no imaginário das pessoas. Narrar, portanto, é recompor uma memória carregada de emoção, e, sobretudo, apoiada num mundo material.

Assim, a memória e todo seu poder de reelaboração a partir do presente, como afirma Halbwachs (2006), não é jamais imparcial, mas é moldada e remoldada com cargas fortes de ideologias que lhe atribuem substância. Falar do comércio local de ontem implica em recorrer à ideologias circundantes e narrar pela seleção de episódios, de modo a robustecer o argumento de que “antigamente era melhor” ou “antigamente era pior”. Antes de nos agarrarmos a uma dessas opiniões e nutri-las de argumentos, há que se entender que elas derivam de experiências de vida, elas suscitam da identidade

que compõe histórias pessoais intimamente atingidas, seja para melhor ou para pior, pelas transformações globais do capitalismo.

Conclusão: para além da superfície

A análise dos discursos emitidos pelos sujeitos da pesquisa, em confronto com o marco teórico, permite constatar o quanto o fenômeno global da acumulação produtiva adentrou o cenário local, invadindo, inclusive, a subjetividade de homens e mulheres. Evidentemente, as opiniões comumente enunciadas pelas pessoas, sobre o fenômeno que investigamos, muito se associam à trajetória de vida de cada uma delas. Os comerciantes, tragados pela concorrência predatória das franquias internacionais, lamentam as mudanças econômicas; ao passo que os comerciários mais jovens, diante dos desafios postos, conformam-se com a superfície do fenômeno, manifestando certo otimismo com as mudanças espaciais da cidade.

O século XXI parece ter erigido uma “nova” Vitória da Conquista, agora muito mais austera para quem pretende adentrar a arena concorrencial do comércio, mas também inspirando o eufórico deslumbre do crescimento econômico, calcado na exclusão social. A pujança econômica se imprimiu imponentemente no espaço, conferindo um ar metropolitano à cidade, mas, por outro lado, corroendo identidades locais e sabotando oportunidades de permanência na cena comercial.

Dessa forma, para além da aparência de fascínio, as novas formas de imposição do capital nesse século XXI necessitam ser compreendidas em confronto com todos os efeitos mais nefastos de seu nexo. A base expansionista do capital tem sido a penetração ideológica na subjetividade dos sujeitos com vistas a legitimar-se com sua aparência harmônica, escamoteando o substrato mais perverso da lógica capitalista, que, no atual contexto, raramente se mostra nítido num olhar aligeirado. Por fim, cabe salientar que não pretendemos subestimar o senso comum contido no discurso dos sujeitos, mas queremos, sobretudo, inscreve-lo num vasto contexto de trabalho ideológico que tem se empenhado em equalizar os discursos de pessoas comuns ao projeto neoliberal para a sociedade.

Referências:

- ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- CARLOS, A. F. A. "Novas" contradições do espaço. In: DAMIANI, A. L. et al. (Org.) *O Espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. Iraci Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CEVASCO, M. E. Hibridismo cultural e globalização. *Art Cultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan./jun., 2006. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1408> Acesso em 05 de janeiro de 2014.
- CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILI, P. (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- COSTA, M. V; SILVEIRA, R. H. & SOMMER, L. H. Estudos culturais em educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 23, maio /jul., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-2472003000200004&Ing=pt-&nrm=iso>. Acesso: 29 ago. 2012.
- GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 76-99. (Coleção Estudos Culturais em Educação).
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro editora, 2006.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- POLLAK, M. *Memória e identidade social*. Estudos históricos. Trad. Monique Augras. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec Ed., 1996.
- SENNET, R. *A cultura do novo capitalismo*. Trad. Clovis Marques. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

Submetido: 23/08/2014. Aprovado: 24/12/2014.